

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.
DOI do preprint publicado: <https://doi.org/10.1590/1678-98732433e011>

A desigualdade econômica impulsiona a polarização política? Uma revisão de escopo de teorias concorrentes

Pedro Mendes Rufino Barbosa, Arthur Zito Guerriero

<https://doi.org/10.1590/1678-98732433e011>

Submetido em: 2025-12-11

Postado em: 2025-12-11 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

<https://doi.org/10.1590/1678-98732433e011>

A desigualdade econômica impulsiona a polarização política? Uma revisão de escopo de teorias concorrentes

Does Economic Inequality Drive Political Polarization? A Scoping Review of Competing Theories

Pedro Mendes Rufino Barbosa

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: mrbarbosa.pedro@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7423-5000>

Arthur Zito Guerriero

RWI- Leibniz Institute for Economic Research, Essen, NRW, Alemanha.

Instituto de Socioeconomia da Universidade Duisburg-Essen (UDE), Duisburg, NRW, Alemanha.

E-mail: arthur.guerriero@uni-due.de

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4529-2977>

RESUMO

Introdução: A desigualdade econômica e a polarização política emergiram como fenômenos centrais nas democracias contemporâneas. Este artigo revisa a literatura que investiga uma teoria influente sobre essa relação: a de que o aumento da desigualdade econômica impulsiona a polarização política. Busca-se avaliar a robustez e as limitações desse postulado teórico a partir da análise de estudos publicados entre 2006 e 2023. **Materiais e métodos:** Realizou-se uma revisão de escopo de artigos empíricos publicados em periódicos indexados, excluindo *working papers* e ensaios teóricos. As buscas foram conduzidas em Google Acadêmico e *Crossref*, via *Publish or Perish*, utilizando os termos "*inequality*", "*polarization*", "*political polarization*" e "*affective polarization*", em inglês, português e espanhol. Foram selecionados 28 estudos que investigam empiricamente a relação entre desigualdade e polarização. Todos adotam métodos quantitativos, predominantemente *time-series cross-sectional* (TSCS). **Resultados:** A literatura se organiza em três linhas explicativas principais. A teoria do eleitor mediano partidária (MRP) postula que

desigualdade aumenta demanda por redistribuição, radicalizando partidos de esquerda e provocando reação da direita. A teoria da privação econômica (TPE) argumenta que setores marginalizados, ressentidos pela perda relativa de renda, voltam-se à partidos radicais de direita. Uma terceira linha sugere uma relação negativa: desigualdade reduziria polarização ao inibir participação política ou fragmentar coalizões. Os achados favoráveis à associação positiva predominam (cerca de 60%), embora resultados inconclusivos ou negativos não sejam desprezíveis. Independentemente da direção teórica, os estudos convergem ao identificar eleitores de baixa renda, marginalizados ou com menor qualificação como protagonistas da polarização. A divergência central reside em como esses grupos reagem: mobilizando-se para a esquerda (MRP) ou direita radical (TPE). Os estudos concentram-se fortemente nos Estados Unidos e em democracias afluentes (79%), com ausência quase total de pesquisas sobre democracias mais recentes ou países da América Latina. **Discussão:** A heterogeneidade na operacionalização de polarização e desigualdade dificulta conclusões mais robustas. Indicadores desagregados são mais precisos, porém apenas cinco estudos realizam testes de robustez. Indicadores agregados, como o Gini, limitam testes de teorias sobre grupos específicos. Teoricamente, há consenso sobre a centralidade dos grupos marginalizados na polarização. A teoria da privação econômica oferece explicação mais convincente para o avanço contemporâneo da direita radical. No entanto, persistem algumas lacunas críticas: (i) mecanismos que orientam marginalizados para diferentes polos permanecem inconclusivos; (ii) ausência de métodos qualitativos; e (iii) escassez de pesquisas sobre democracias latino-americanas, onde a relação entre essas variáveis pode operar de forma distinta, e de estudos sobre polarização afetiva.

Palavras-chave: desigualdade de renda; polarização política; partidos radicais; comportamento eleitoral; revisão de escopo.

ABSTRACT

Introduction: Economic inequality and political polarization have emerged as central phenomena in contemporary democracies. This article reviews the literature on an influential theory that rising economic inequality drives political polarization. The aim is to assess the robustness and limitations of this theoretical claim through an analysis of 28 empirical studies published between 2006 and 2023. **Materials and methods:** We conducted a scoping review of empirical articles published in peer-reviewed journals, excluding working papers and theoretical essays. Searches were performed in Google Scholar and Crossref via Publish or Perish, using the terms “*inequality*,” “*polarization*,” “*political polarization*,” and “*affective polarization*” in English, Portuguese, and Spanish. Twenty-eight studies investigating the empirical relationship between inequality and polarization were selected. All employed quantitative methods, predominantly time-series cross-sectional (TSCS) designs. **Results:** The literature can be grouped into three main explanatory strands. The Median Voter Party (MVP) theory posits that inequality increases demand for redistribution, radicalizing left-wing parties and provoking a reaction from the right. The Economic Deprivation Theory (EDT) argues that marginalized sectors, resentful of relative income loss, gravitate toward radical right-wing parties. A third perspective suggests a negative relationship, where inequality reduces polarization by suppressing political participation or fragmenting coalitions. Positive associations predominate (approximately 60%), though inconclusive or

substantial negative results are non-negligible. Regardless of theoretical orientation, studies consistently identify low-income, marginalized, or less-educated voters as key actors in polarization. The main divergence lies in how these groups respond: mobilizing toward the left (MVP) or toward the radical right (EDT). Research is heavily concentrated in the United States and other affluent democracies (79%), with almost no studies on newer democracies or Latin America. **Discussion:** The lack of consistency in defining and measuring polarization and inequality makes it difficult to draw robust conclusions. Disaggregated indicators provide greater precision, yet only five studies perform robustness checks. In contrast, aggregated measures such as the Gini coefficient limit the testing of group-specific theories. Theoretically, there is broad agreement on the leading role of marginalized groups in polarization. Economic Deprivation Theory offers the most convincing explanation for the contemporary rise of the far right. Nevertheless, critical gaps remain: (i) the mechanisms guiding marginalized groups toward different political poles are still unclear; (ii) qualitative methods are largely absent; and (iii) research on Latin American democracies is scarce, where these dynamics may operate differently, and studies on affective polarization.

Keywords: income inequality; political polarization; radical parties; electoral behavior; scoping review.

I. Introdução¹

Nos últimos anos, observou-se a proliferação de estudos na Ciência Política sobre o fenômeno da polarização política nas democracias. Diversas são as teorias que investigam as raízes da emergência desse fenômeno, sendo que muitas delas são frequentemente complementares. Como um fenômeno complexo, a polarização provavelmente não é desencadeada por um único fator, senão por uma conjunção causal. Uma das teorias mais influentes atribui o advento desse fenômeno ao aumento da desigualdade econômica nas democracias (McCarty et al., 2006; Pontusson & Rueda, 2008). O presente artigo centra-se nesse debate, buscando investigar a robustez e as limitações desse postulado teórico a partir de uma revisão de escopo. Para tanto, neste trabalho, avaliamos 28 artigos que exploram o tema.

Além desta breve introdução e das considerações finais, descrevemos, na segunda seção, as diretrizes das buscas realizadas para conformar o banco de artigos analisado. Na

¹Agradeço ao apoio financeiro da Fundação de Amparo do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº: 2022-12567-4.

terceira seção, apresentamos as principais características desse banco, os casos analisados e a proporção de estudos que corroboram com a hipótese de que a desigualdade leva ao aumento da polarização. Em seguida, investigamos as diferentes abordagens conceituais e formas de mensuração, tanto de desigualdade econômica, quanto de polarização política, debatendo como essas variações podem ter implicações sobre os resultados. Por último, examinamos os principais postulados teóricos por meio dos quais a polarização é associada à desigualdade.

II. Características do banco de artigos

Para constituir o banco de artigos, seguimos alguns passos de investigação por meio do *Publish or Perish, software* que explora o Google acadêmico e o *Crossref*. As buscas foram realizadas nos títulos e nas palavras-chave com as palavras “*inequality*”, “*polarization*”, “*political polarization*” e “*affective polarization*”. As variações dessas palavras também foram pesquisadas nos idiomas português e espanhol, porém nenhuma referência foi encontrada. A pesquisa inicial, que incluiu os termos “*polarization*” e “*inequality*”, gerou 572 mil resultados. A busca por “*political polarization*” e “*inequality*” retornou 15 mil artigos, enquanto “*affective polarization*” e “*inequality*” resultou em 3.700 resultados.

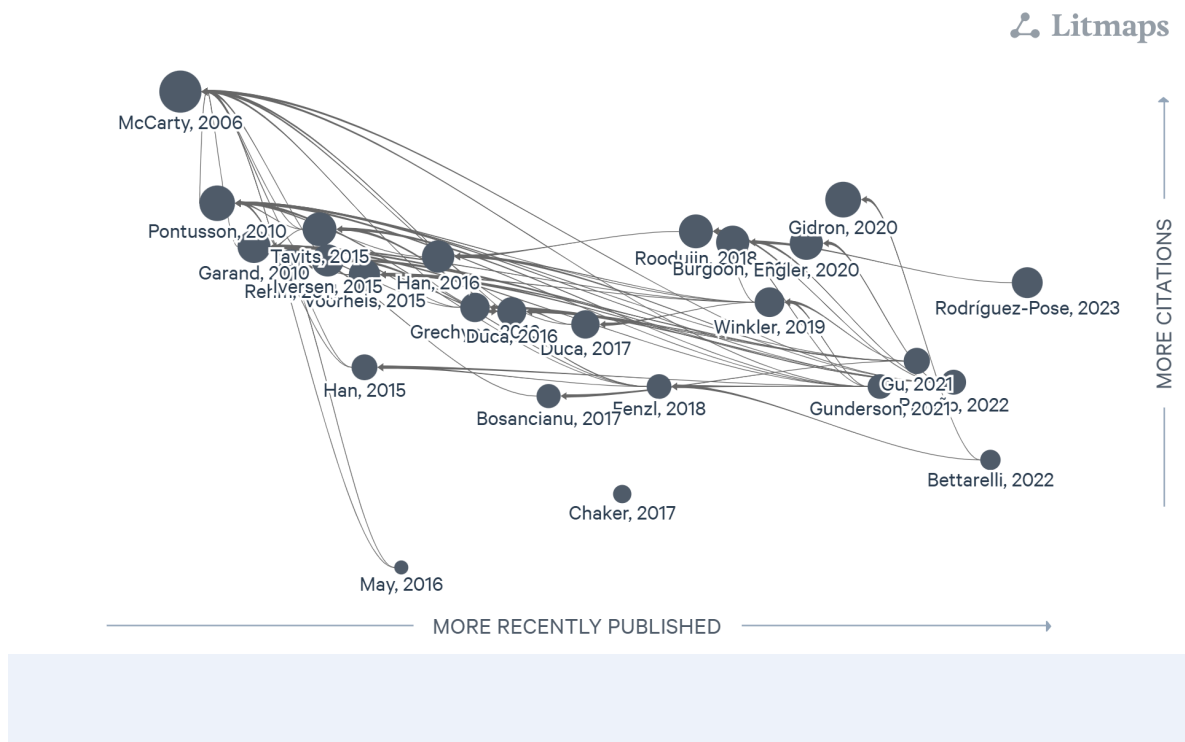
Para além da inexecuibilidade de verificar a totalidade desses textos, os primeiros resultados revelaram inúmeros resíduos, especialmente pelo caráter ambivalente do termo “polarização”, cuja operacionalização perfaz diversas disciplinas, como nos estudos urbanos, sobre distribuição de renda, mercado de trabalho, relações étnicas, entre outros. Por isso, limitamos a busca a um número máximo de 200 artigos, ordenados pela data de publicação e pelo número de citações. Em um primeiro momento, foi possível remover os artigos que diziam respeito a outras áreas do conhecimento a partir da análise de seus títulos, logo a amostra foi reduzida para 48 artigos.

Em seguida, filtramos os artigos empíricos publicados em periódicos, excluindo ensaios e working papers, que mencionassem explicitamente a relação entre desigualdade e

polarização política nos seus títulos e resumos. Consideramos desigualdade econômica em diferentes níveis, incluindo o individual, familiar, domiciliar e regional. Além disso, examinamos a polarização no âmbito das elites políticas e da sociedade (polarização de massas), tanto ideológica quanto afetiva. Dessa forma, ao fim, selecionamos 28 artigos, publicados entre 2006 e 2023.

Dentre os trabalhos selecionados, o de McCarty et al. (2006) figura como o pioneiro, além de ser o mais referenciado no campo geral de pesquisa sobre polarização. Como ilustra a Figura 1, tal estudo é seguido por Pontusson & Rueda (2010); ambos seguem uma linha argumentativa muito similar. Aprofundamos essas questões teóricas na seção cinco.

Figura 1 – Rede dos artigos selecionados



Nota: Pontusson & Rueda (2008) e Hyun-Chool & Repkine (2023) não foram identificados pelo Litmap.

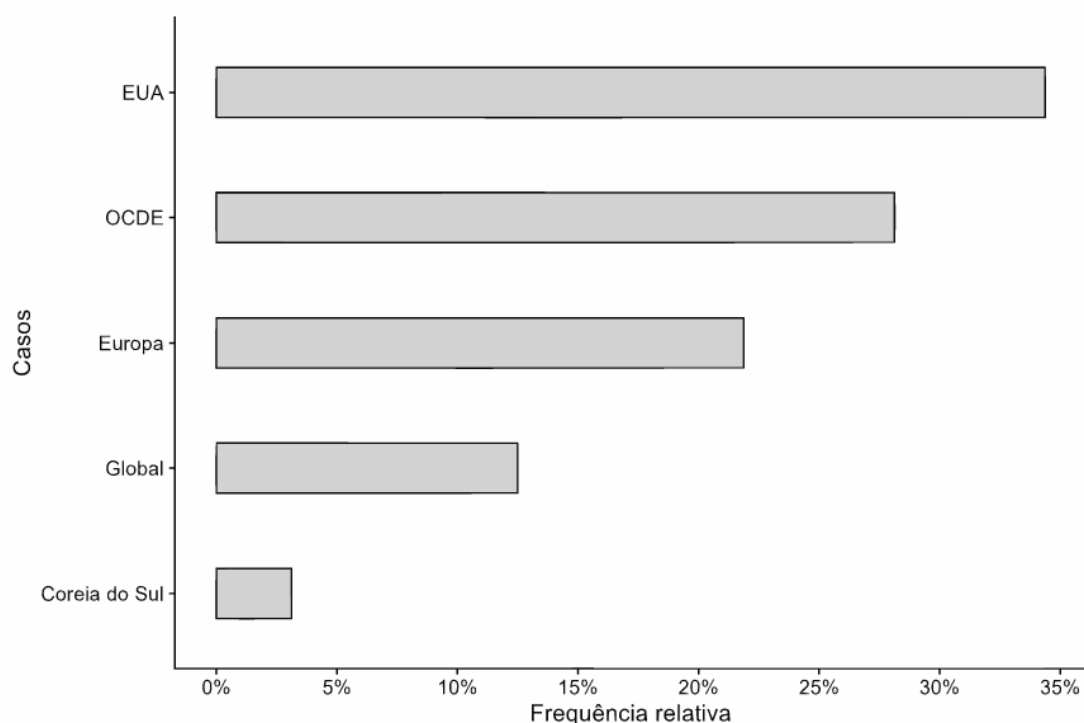
Fonte: elaboração própria a partir de Litmaps (2024).

Em termos metodológicos, todos os estudos verificados se pautam em métodos quantitativos, indicando, assim, um espaço para se explorar desenhos qualitativos nessa agenda de pesquisa. O método empregado majoritariamente é o *Time-Series Cross-Sectional*

(TSCS), por meio do qual se estima a correlação longitudinal e transversal entre desigualdade e polarização. Do ponto de vista longitudinal, as análises tradicionais de TSCS (De Boef & Keele, 2008) captam, em grande medida, os efeitos de curto prazo. Essa não é uma questão trivial, visto que não há um consenso sobre o espaço de tempo em que a polarização se manifesta. Tal qual a maioria dos processos sociais mais complexos, é intuitivo pressupor que o desencadeamento desse fenômeno não é instantâneo, mas cumulativo ao longo do tempo. Para além de técnicas econométricas mais sofisticadas, capazes de avaliar correlações de longo prazo (De Boef & Keele, 2008), essa poderia ser uma contribuição proveniente de estudos qualitativos. A propósito da questão temporal, um dos poucos estudos que a exploram é o de Duca & Saving (2016), não obstante, a pesquisa se restringe aos Estados Unidos da América (EUA).

A Figura 2 expressa a frequência relativa dos casos analisados entre os artigos selecionados e demonstra a concentração de estudos sobre os EUA e as chamadas democracias afluentes; conceito que, em geral, alude aos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Se considerarmos como “democracias afluentes ocidentais” conjuntamente os EUA, os membros da OCDE e países europeus, o recorte totalizaria 79% de todos os estudos. Com exceção da Coreia do Sul, nenhum estudo sobre “democracias mais recentes” foi encontrado. Além disso, mesmo fazendo buscas em português e espanhol, só encontramos referências em inglês. Constata-se, assim, uma patente lacuna de investigações relativas a cenários para além do escopo das chamadas democracias afluentes. É verdade, por outro lado, que estudos comparativos em escala global foram realizados, mas apresentam limitações metodológicas constitutivas, principalmente no que se refere à comparabilidade do fenômeno analisado.

Figura 2 – Frequência de casos analisados



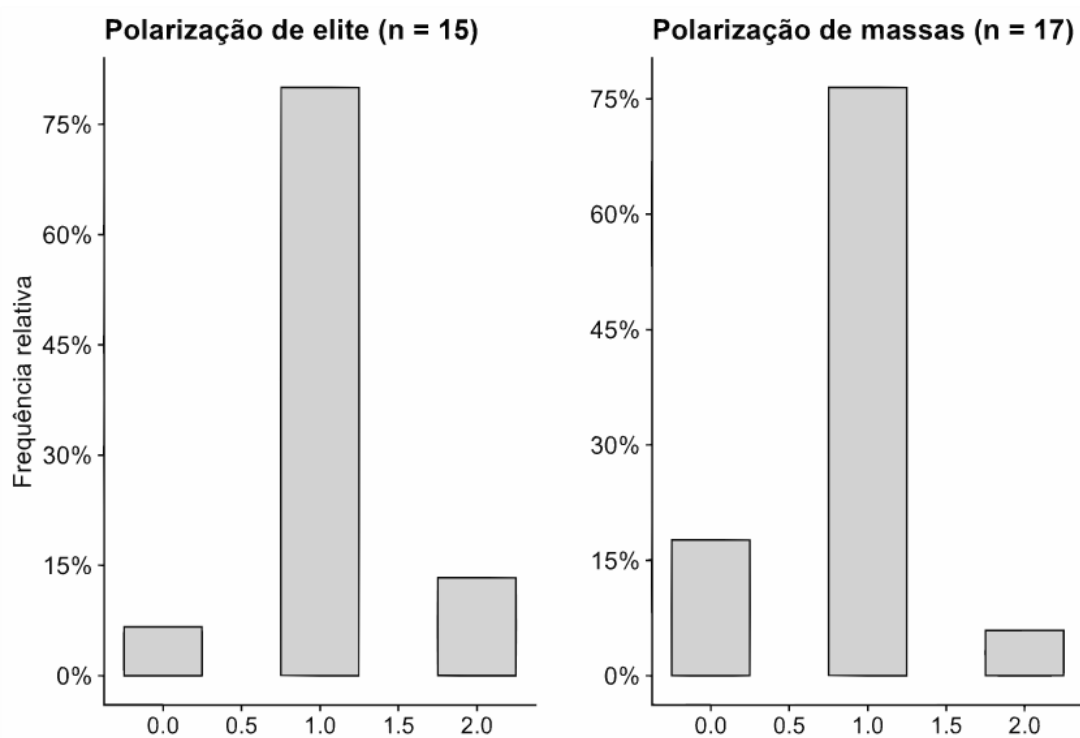
Fonte: elaboração própria (2024).

Todas essas comparações globais (Tavits & Potter, 2015; Grechyna, 2016; Gu & Wang, 2022) analisam a dispersão ideológica entre o espectro esquerda e direita, seja no nível de massas, seja no nível das elites políticas. Contudo, a depender das características contextuais, a polarização política pode estar calcada em divisões étnicas e religiosas, em vez de ideológicas (Carothers & O'Donohue, 2019). Além disso, alguns autores (Carlin et al., 2015) sustentam que países com menor grau de institucionalização partidária, como ocorre na América Latina, tendem a ter eleitores com menor identificação partidária e ideológica. Isso sugere a necessidade de adotar uma série de controles com relação a fatores institucionais e de participação política que não foram observados nesses estudos empíricos. Finalmente, alguns estudos, supostamente de alcance global, possuem amostras fortemente enviesadas pelas democracias afluentes para as quais há mais disponibilidade de dados (Tavits & Potter, 2015).

Na Figura 3, apresentamos a distribuição dos resultados conforme as hipóteses. Tomemos três delas: a hipótese nula (H_0) denota ausência de efeito sistemático da desigualdade sobre a polarização, isto é, há muita incerteza ainda sobre essa relação; H_1

rejeita H_0 e, então, indica que o efeito do aumento da desigualdade econômica sobre a polarização é sistemático; enquanto H_2 indica efeito contrário ao esperado, identificando uma relação negativa sistemática entre desigualdade e polarização.

Figura 3 – Frequência de achados por nível de polarização



Fonte: elaboração própria (2024).

É importante desagregar a distribuição dos achados pelo nível de polarização, ou seja, a polarização no nível de massas ou a polarização no nível das elites políticas. Como se pode observar na Figura 3, a maioria dos estudos confirma H_1 , embora as análises inconclusivas (H_0) e que apontam para uma direção oposta (H_2) não sejam desprezáveis. No entanto, é preciso considerar que há substantiva heterogeneidade nas formas de mensuração de polarização e de desigualdade entre os estudos. Na discussão a seguir, exploramos essas variações².

² Com exceção das abordagens mais complexas que tangem à concepção de pobreza multidimensional.

III. Conceitos e formas de mensurar a polarização política

Dada a complexidade do fenômeno, definir e mensurar a polarização política envolve alguns meandros. Por um lado, conformou-se certo consenso de que o seu núcleo semântico reside na ideia de uma dispersão de preferências de uma dada população em dois polos antagônicos (DiMaggio et al., 1996). Por outro, há diferentes interpretações quanto à sua natureza, isto é, o que a motiva, e ao nível no qual esse fenômeno originalmente se manifesta (Lauka et al., 2018; Sarsfield et al., 2024). Isso põe em questão se tais aspectos constituem um fenômeno composto por várias facetas ou se representam fenômenos distintos e independentes. Essa ambiguidade impõe desafios à avaliação do caráter cumulativo das pesquisas sobre polarização.

Em relação à natureza da polarização, a principal distinção se dá entre polarização ideológica e afetiva. A primeira é a mais tradicional e pressupõe que a raiz da divisão seja ideológica, considerando o espectro esquerda-direita. Mais recente é o conceito de polarização afetiva, que embora seja proveniente do debate estadunidense (Iyengar et al., 2012), tem sido crescentemente operacionalizado para outros contextos (Röllicke, 2023). Nessa formulação, a polarização não se baseia em ideologia, mas no sentimento de pertencimento dos eleitores a determinados grupos sociais, por meio do qual as identidades sociais são constituídas. O argumento seminal de Iyengar et al. (2012) destaca o descompasso entre dispersão ideológica e polarização afetiva nos EUA, uma vez que a maioria dos eleitores estadunidenses seria ideologicamente centrista.

Quanto aos níveis de polarização, a principal divisão estabelecida refere-se à polarização entre as elites políticas e a polarização de massas. No nível das elites políticas, a abordagem preponderante se relaciona ao grau de dispersão ideológica no espectro esquerda-direita. Certas versões enfatizam o contraste entre os principais partidos, outras abrangem todos os partidos com cadeiras no parlamento e, por último, há aquelas que analisam a força eleitoral dos extremos ideológicos. Na essência, tais abordagens são fortemente correlacionadas: as mensurações de dispersão no parlamento, cuja mais tradicional é a de

Dalton (2008), são pesadas pelo número de cadeiras obtidas por cada partido, conferindo-lhe uma estimativa muito próxima das mensurações centradas apenas nos principais partidos.

Equivalente também é a abordagem focada nos extremos ideológicos, cuja força afeta diretamente a dispersão na totalidade. Ou seja, a radicalização de um dos lados produz necessariamente polarização, uma vez que ela é suficiente para exacerbar a distância ideológica entre os principais competidores. Indício disso é que a comparação de Lauka et al. (2018) identifica uma correlação de 94% entre mensurações pautadas na abordagem de Dalton (2008) e na focada na força dos extremos. Nesse sentido, consideramos as análises sobre a expansão de partidos radicais como equivalentes ao processo de polarização nessa revisão.

Além da dimensão ideológica, alguns autores enquadram a polarização como um epifenômeno do populismo (Roberts, 2022), analisando-o em relação à desigualdade (Stoetzer et al., 2023). Contudo, populismo é um conceito frequentemente em disputa, de modo que alguns autores não o concebem como necessariamente indutor da polarização (Sarsfield et al., 2024). Por essa razão, não consideramos nesta revisão os estudos que o tomam como variável dependente por entender que, embora relacionado com a polarização com frequência, trata-se de um fenômeno suficientemente independente.

No nível das massas, há maior dissenso entre as abordagens analíticas. Alguns trabalhos enfocam a divisão ideológica no eleitorado de forma agregada ou entre os grupos considerados partidários. Nesse âmbito, o critério analítico mais seguido é a autodeclaração ideológica dos eleitores, captada em *surveys*. No entanto, essa dimensão pode ser mensurada de maneiras diversas, como nos casos da dispersão ideológica em todo o eleitorado, da proporção daqueles que se declaram como extremistas ou da proporção de eleitores não-centristas. Como limitação dos indicadores baseados na autodeclaração, pondera-se frequentemente que eleitores radicais tendem a não se perceber como tal (Hare et al. 2015), de modo que essa medida subestimaria a proporção da polarização. Mais apropriada, então, seria a análise a partir de quem o eleitor votou nas eleições anteriores. Por outro lado, Winkler (2019) observa que o voto não significa necessariamente uma declaração de alinhamento ideológico, mas pode ser um voto útil. Uma saída, nesse sentido, seria a adotada por Han

(2016), que combina o voto nas eleições anteriores com as intenções de votos nas subsequentes, na tentativa de controlar o fator rejeição aos competidores.

Finalmente, no que diz respeito à polarização afetiva, sua mensuração costuma ser operacionalizada a partir da proporção de afeição (*like*) e rejeição (*dislike*) de eleitores partidários em relação a seus partidos e aos partidos oponentes, assim como a eleitores partidários e de partidos opositoristas. No entanto, entre os estudos captados nesta revisão, apenas dois deles investigam a relação entre desigualdade e polarização afetiva.

IV. Conceitos e formas de mensurar a desigualdade

Tal qual polarização, o conceito de desigualdade é complexo e pode ser entendido e operacionalizado de maneiras muito diferentes. Não há um indicador de desigualdade universalmente superior; no entanto, algumas medidas se mostram mais adequadas para aplicações específicas. Como observa Medeiros (2023, p. 5), desigualdade é um conceito relacional, que se refere a “uma distribuição de ‘algo’ entre ‘alguém’”.

Todos os estudos analisados relacionam a polarização política à desigualdade econômica, mais especificamente à desigualdade de renda ou de salários. Isso significa que outros aspectos, como acesso à saúde e educação, ou mesmo outras variáveis econômicas, como riqueza ou consumo, não foram consideradas. Além disso, quase todos os estudos centram-se sobre a desigualdade interpessoal (ou domicílios/famílias) de cada país, não abordando desigualdades horizontais entre subgrupos sociais (como, por exemplo, entre homens e mulheres ou brancos e não-brancos). As exceções são Bettarelli & van Haute (2022) e Lee & Repkiner (2023), cujos trabalhos analisam a desigualdade do ponto de vista inter-regional, respectivamente na Bélgica e na Coreia do Sul, em vez da interpessoal.

É preciso dizer, também, que diversas análises relacionam a polarização ao desemprego (Gidron et al., 2020; Rooduijn & Burgoon, 2018), que, a rigor, aumenta a desigualdade no mercado de trabalho e afeta desproporcionalmente os setores com menor qualificação. No entanto, abordar essa dimensão, que é relacionada apenas indiretamente à

desigualdade, foge ao escopo deste artigo, de maneira que optamos por não incorporar as análises centradas nessa variável.

O conceito de “renda” requer especificações mais detalhadas. De forma predominante, os artigos se pautam pelo conceito de renda pós-fisco, isto é, o total da renda após a adição de transferências governamentais e o pagamento de impostos. Poucos trabalhos analisam a renda pré-fisco e, menos ainda, operam com ambos os conceitos. De toda forma, uma vez que a maior parte desses trabalhos prioriza a análise de variações longitudinais (ao longo do tempo) sobre as transversais (entre casos), é possível que a definição de renda utilizada, pré ou pós-fisco, não influencie os resultados de maneira significativa. Ambos os indicadores tendem a ter trajetórias muito semelhantes. Dado um sistema fiscal e de transferências específico, a renda pós-fisco é uma função da renda pré-fisco, de maneira que variações em um dos indicadores afetam o outro na mesma medida. De todo modo, seria interessante que testes de robustez mais detalhados fossem conduzidos para verificar se o conceito de renda escolhido interfere nos resultados, exercício pouco observado entre os estudos. A esse respeito, vale destacar os trabalhos de Pontusson & Rueda (2008, 2010), cujos testes empíricos indicam resultados distintos ao comparar os efeitos das rendas pré e pós-fisco.

Mensurar desigualdade requer também a escolha de um índice que quantifique a disparidade da variável de renda escolhida. Escolhê-lo não constitui uma tarefa trivial, uma vez que diferentes medidores podem ordenar distribuições de maneiras diferentes, seja em análises longitudinais, seja em transversais. Uma vez que a desigualdade constitui um fenômeno multidimensional, cada medida realça uma parte específica da distribuição de renda. Por essa razão, a escolha de uma medida é, na verdade, a escolha de um conceito de desigualdade, mais do que a escolha de maneiras diferentes de medir o mesmo construto teórico (Allison, 1978).

A principal diferença, nesse sentido, se dá entre os indicadores que sintetizam a desigualdade em um único valor, chamados sintéticos, como Gini, índice de Atkinson ou Theil, e os indicadores desagregados, que se atentam à concentração de renda retida por um setor social – por exemplo, a porcentagem da renda total detida pelos 10% mais ricos ou pelos 50% mais pobres. Por larga vantagem, o Gini é o indicador mais empregado nos estudos

coletados nesta revisão. Como medida sintética, esse indicador não explicita os diferentes perfis de distribuição, tampouco em qual parte dela ocorre maior perda ou concentração de riqueza. Essa característica representa uma limitação para testar teorias cujos postulados versam sobre o papel político de determinados grupos sociais sobre a polarização, como os mais ricos, os mais pobres ou a classe média. Os indicadores desagregados, por outro lado, refletem a dinâmica em determinadas posições dos quantis de renda, como os 1% mais ricos que retratam o topo, mas pouco informam sobre outras partes da distribuição, como por exemplo os 40% mais pobres.

Em suma, todos esses indicadores são quase sempre proclamados como representativos da dinâmica da desigualdade, não obstante traduzam eventos muito distintos. Em outras palavras, com frequência, a desigualdade é concebida como fenômeno homogêneo, desconsiderando, pois, seu caráter multidimensional. Ilustrativo disso é que grande parte dos artigos analisados empregam apenas um indicador de desigualdade. Ao fim, identificamos apenas cinco artigos que conduzem testes de robustez referentes à medida de desigualdade testada (Chaker, 2017; Duca & Saving, 2017; Proãno et al., 2022; Gu & Wang, 2022; Tavits & Potter, 2015).

V. Abordagens teóricas

V.1. Teoria do eleitor mediano

No debate concernente à relação entre desigualdade e polarização (Figura 1), os trabalhos de McCarty et al. (2006) e Pontusson & Rueda (2010) se projetam como os mais influentes na literatura. É interessante observar que ambos se ancoram no modelo de Meltzer & Richard (1981) (MR), cujo arcabouço teórico deriva da teoria do eleitor mediano. Segundo Pontusson & Rueda (2008), toda a literatura da economia política comparada voltada à compreensão sobre como a distribuição de renda afeta a política (*politics*) tem o modelo MR como referência.

A teoria do eleitor mediano estabelece que, em disputas majoritárias, candidatos tendem a ser responsivos aos indivíduos situados no meio da distribuição de preferências do eleitorado, parcela mais volumosa, buscando maximizar o apoio eleitoral. Na versão do modelo MR, derivada da teoria do eleitor mediano, presume-se que a principal clivagem eleitoral se dá: de um lado, entre ricos, cujas preferências inclinam-se à redução de impostos; de outro lado, os mais pobres, os quais demandam redistribuição. Nessa perspectiva, a redução da renda do eleitor mediano em relação à renda média implica uma convergência de suas preferências com as dos setores de menor renda, o que, por sua vez, exerce pressão sobre os governos para a adoção de políticas redistributivas.

No âmbito do debate sobre polarização política, incorpora-se ainda outra premissa ao modelo MR que advém das teorias partidárias (Garrett, 2001; Huber & Stephens, 2004). Partidos de esquerda tendem a ser responsivos às preferências dos mais pobres, ao passo que os partidos de direita se inclinam às preferências dos mais ricos. Essa dimensão aprimora o enquadramento tradicional MR, que pressupõe a difusão simétrica de informações na sociedade, de modo que os indivíduos saberiam em qual parte da distribuição eles se situam. Nessa ótica, o eleitor mediano perceberia que a sua renda está se distanciando da renda média e, conseqüentemente, pressionaria os representantes por redistribuição. Para a teoria partidária, por contraste, os partidos são os responsáveis por mobilizar os indivíduos e agregar os interesses dos setores sociais. Dessa forma, a versão partidária do modelo de Meltzer & Richard (1981) (MRP) postula que o aumento da desigualdade econômica exacerba a demanda eleitoral por redistribuição de renda, impulsionando os partidos de esquerda a adotarem posturas mais responsivas às preferências dos segmentos sociais mais pobres. Em face dessa pressão, os partidos de esquerda se radicalizariam, o que incitaria a reação dos partidos de direita, culminando em um quadro de polarização ideológica.

McCarty et al. (2006) desenvolvem um argumento nessa linha para o caso dos EUA, destacando a correlação temporal da polarização entre as elites políticas e o aumento da desigualdade. Se entre 1913 e 1957 ambas declinam, a partir de 1977, por seu turno, elas iniciam uma trajetória ascendente. Os autores sustentam que a desigualdade agravou a progressiva divisão social decorrente da crescente imigração. Por um lado, os mais pobres começaram a pressionar por mais redistribuição, movendo o Partido Democrata para a

esquerda. Por outro lado, os setores mais ricos passaram a investir mais recursos e tempo na defesa de seus interesses, radicalizando o Partido Republicano para a direita. O trabalho posterior de Voorheis et al. (2015) corrobora essa hipótese a partir da análise comparada dos legislativos subnacionais, constatando que, em estados mais desiguais, os representantes democratas tendem a ser mais radicalizados à esquerda, ao passo que a representação republicana tende a ser maior. Garand (2010) constata esse efeito da desigualdade não apenas no nível das elites políticas, mas também na polarização de massa. Em consonância, Rehm (2011) destaca o processo de alinhamento eleitoral por renda nos EUA, isto é, a associação crescente de eleitores mais pobres ao Partido Democrata e eleitores mais ricos ao Partido Republicano.

Para além do caso estadunidense, Lee e Repkiner (2023) apropriam-se da MRP para explicar a polarização na Coreia do Sul, porém focando-se na desigualdade inter-regional, em vez de interpessoal. Winkler (2019), por sua vez, endossa essa teoria para os países europeus, ao observar uma associação entre o aumento do apoio eleitoral para partidos da esquerda radical, no agregado, e aumento da desigualdade.

Formulações mais rebuscadas da MRP sugerem que o impacto da desigualdade sobre a polarização não é direto, mas intermediado por outros fatores. Nessa linha, ao comparar os países da OCDE, Pontusson & Rueda (2008, 2010) ponderam que tal efeito é condicionado pelo grau de participação política dos setores mais pobres. Trata-se de outro acréscimo relevante ao modelo MR, entre cujas premissas inclui-se a de que o sufrágio universal constitui uma condição suficiente para a participação eleitoral equânime entre os diferentes setores sociais. Premissa esta contestada por estudos empíricos que assinalam a participação eleitoral sistematicamente menor entre os setores mais pobres nas democracias, dinâmica que é agravada em cenários mais desiguais (Solt, 2008).

Em vez da participação dos mais pobres, para Han (2015), o principal fator intermediador seria o sistema eleitoral. O impacto da desigualdade seria mais significativo em sistemas eleitorais multipartidários com distritos grandes, cujos desenhos institucionais conferem incentivos para os partidos disputarem os extremos ideológicos em contextos de alta desigualdade. Em contextos de distritos pequenos e bipartidários, os partidos têm que

buscar o voto para poucos assentos, o que torna o apoio de eleitores de centro mais importante.

Por sua vez, para Gunderson (2022), o efeito da desigualdade sobre a polarização é condicionado pelas características dos sistemas partidários. O autor se inspira na literatura sobre comportamento eleitoral (Hausermann, 2018) que tem documentado um processo de realinhamento em diversos sistemas partidários europeus, nos quais questões socioculturais – como imigração, multiculturalismo, feminismo etc. – se sobrepuseram às divergências relacionadas às pautas econômicas. Antes base eleitoral dos partidos de esquerda, a classe trabalhadora tem migrado o apoio para a direita radical. Em virtude disso, Gunderson (2022) constata que a associação entre a desigualdade e a polarização, tal qual posta pela MRP, aplica-se a sistemas partidários nos quais tal realinhamento não ocorreu, isto é, em que a pauta econômica permanece no centro da estruturação das dissonâncias ideológicas.

Convém sublinhar que a maioria dos estudos na linha da MRP toma como referência de desigualdade o indicador Gini de renda pós-fisco. Como dito anteriormente, enquanto indicador sintético, essa medida não explicita qual parte da distribuição está perdendo renda, ainda que o principal mecanismo dessa vertente teórica se refira ao meio para a base da distribuição. Se é verdade que o Gini é sensível justamente ao meio da distribuição, o indicador pode também refletir mudanças em outras porções que não traduzem necessariamente a teoria do eleitor mediano. Outras medidas, como a razão entre P90 e P10, são mais precisas (Pontusson & Rueda, 2008; Han, 2015), mas carecem estudos focados nas porções do meio e da base da distribuição de forma desagregada. No entanto, as análises que se concentram no 1% mais rico levantam questões mais problemáticas sobre a validade dessa teoria (McCarty et al., 2006; Pontusson & Rueda, 2010; Duca & Saving, 2016), uma vez que essa é uma medida de concentração no topo que, como tal, não tem necessariamente implicações sobre o meio da distribuição.

Em termos teóricos, a principal fragilidade do modelo MRP reside no postulado segundo o qual o mecanismo central de polarização seria via radicalização dos partidos de esquerda, inflamados pela maior demanda por redistribuição dos mais pobres (McCarty et al., 2006; Pontusson & Rueda, 2010; Tavits & Potter, 2015). No entanto, isso não significa que o lado da direita seja ignorado nesses estudos. Por exemplo, Tavits & Potter (2015)

argumenta que a desigualdade induz a esquerda a reforçar o enfoque sobre a pauta da redistribuição, ao passo que a direita intensifica a agenda sobre os valores. Para Winkler (2019), se em termos agregados o aumento da desigualdade favorece a esquerda, entre eleitores idosos o efeito é distinto, inclinando-os à direita radical.

Finalmente, Pontusson & Rueda (2008) diferenciam os efeitos da desigualdade de renda pré e pós-fisco. A primeira, relacionada aos salários, incentivaria a radicalização dos partidos de esquerda sob a premissa de que sua base eleitoral obtém sua renda por meio de salários; o mesmo não ocorreria com os partidos de direita, cujos eleitores contariam com rendimentos provenientes majoritariamente de outras fontes, como ganhos de capital. Portanto, a desigualdade de renda pós-fisco induziria a radicalização da direita, dado que os seus eleitores se sublevariam contra o aumento da carga tributária. Contudo, as evidências sobre a dinâmica da desigualdade entre as democracias durante as últimas décadas, contrastam-se com o raciocínio desenvolvido pelos autores. Em geral, apenas o topo da distribuição de renda recebe a maior parte de seus rendimentos de outras fontes que não o salário, por volta do top 1%, de modo que o seu peso eleitoral seria bastante limitado. Isso significa que parcela relevante do eleitorado de direita também obtém renda majoritariamente por meio do trabalho³. Além disso, o aumento da desigualdade nas últimas décadas, captada em termos de pré e pós-fisco, tem sido capitaneado em grande medida pela concentração resultante das políticas de desoneração no 1% mais rico (Piketty, 2014).

Em suma, foge ao cerne da explicação da teoria MRP que, nas duas últimas décadas, é o avanço da direita radical que tem se tornado proeminente nas democracias afluentes (Wagner e Meyer, 2017). A linha teórica a seguir explora justamente essa dimensão.

V.2. Teoria da privação econômica

A teoria da privação econômica (TPE) compartilha com a MRP certo enquadramento analítico ao enfatizar o mecanismo racional de maximização do bem-estar como norteador

³ Com exceção das abordagens mais complexas que tangem à concepção de pobreza multidimensional.

do comportamento eleitoral, dialogando, inclusive, com a teoria do voto econômico. Por outro lado, para além da racionalidade, a dimensão da psicologia política concernente à ideia de ressentimento é crucial para essa teoria. Burgoon et al. (2019) sintetizam que, para a TPE, indivíduos marcados por uma sensação de queda de bem-estar ao longo do tempo, em função da perda relativa de renda, tendem a culpar políticas públicas existentes e a cultivar um ressentimento em relação às instituições e às elites políticas do *status quo*. Com efeito, partidos radicais, cujas propostas desafiam tal *status quo*, tornam-se opções eleitorais atrativas a esses setores da sociedade. Mas se, para a MRP, setores sociais economicamente prejudicados curvam suas preferências aos partidos radicais de esquerda, para a TPE, eles voltam-se aos partidos radicais de direita.

Muitos trabalhos nessa linha apontam para o crescente apoio eleitoral dos partidos radicais de direita entre os setores de média-baixa renda e marginalizados. Han (2016) reporta uma correlação entre perda de renda nos setores mais pobres com o aumento do apoio desses setores a partidos da direita radical na Europa. Evidência similar é identificada entre os países da OCDE nos estudos de Engler & Weisstanner (2021) e Proaño et al. (2022). Finalmente, para o caso dos EUA, Rodríguez-Pose et al. (2023) identificam associação entre o aumento do apoio à candidatura de Donald Trump (candidato considerado de direita radical) em estados mais desiguais com maior proporção de eleitores brancos.

É lícito conjecturar se a explicação proposta pela TPE se refere essencialmente à pobreza ou à desigualdade como indutora da polarização. O enquadramento tradicional sobre a pobreza a analisa à luz de um critério previamente estabelecido de rendimento mínimo suficiente para suprir as necessidades básicas dos indivíduos ou famílias⁴, cujos valores variam conforme o método e o conceito adotado. Nessa direção, os pobres compreendem aqueles cujos rendimentos figuram abaixo desse limiar. Em vez dessa dimensão, entretanto, a abordagem da TPE explora a perda relativa de certos setores da distribuição na participação da renda nacional, o que expressa uma medida de desigualdade. Ao mesmo tempo, na maioria dos estudos, o efeito sobre a polarização ocorre quando essa perda relativa se dá entre os quantis mais pobres e, assim, tange o aumento da pobreza. Isso sugere, então, que tal teoria

⁴ Com exceção das abordagens mais complexas que tange à concepção de pobreza multidimensional.

se refere ao fenômeno de privação material do qual o aumento da desigualdade e da pobreza são consequências eventualmente imbricadas.

No entanto, há uma lacuna na TPE. Não há consenso quanto aos mecanismos que inclinam os setores marginalizados à direita radical em meio à perda relativa de renda. A explicação segundo a qual o ressentimento conduz à escolha dos eleitores por partidos que desafiam o *status quo* político e institucional, não esclarece a rejeição à esquerda radical cujo projeto proclamado é igualmente anti-*status quo*. Diversas são as pontes direcionadas a preencher essa lacuna teórica na literatura. Um deles mobiliza o argumento, mencionado anteriormente, sobre o processo de realinhamento partidário desencadeado pelas transformações culturais ocorridas nas chamadas sociedades pós-industriais (Han, 2016). Particularmente, se antes partidos de esquerda se orientavam por uma agenda de redistribuição econômica, inspirados por uma tradição socialista, mais recentemente eles têm enfatizado pautas pós-materiais relacionadas às questões de igualdade de gênero, racial e multiculturalismo. Essa guinada de agenda impulsionou os setores com baixa qualificação, cujos valores tendem a ser mais conservadores, a se identificar com o discurso da direita radical.

Para além da dimensão dos valores, Engler & Weisstanner (2021) acrescentam que a retórica nacionalista da direita radical projeta uma esperança de restauração de *status* social aos grupos que se sentiram socialmente desvalorizados diante da perda relativa de renda ao longo do tempo. Ou seja, para esses autores, o conflito em questão não é apenas redistributivo, mas também envolve disputas por *status* social. Assim, a adesão à direita radical tende a ocorrer entre famílias de baixa renda cuja percepção subjetiva de *status* na hierarquia social é relativamente superior à de outros grupos, como, por exemplo, os trabalhadores brancos nos EUA em relação aos imigrantes.

A explicação oferecida por Rooduijn e Burgoon (2018) é mais complexa. Segundo eles, a direção do voto dos setores mais pobres é intermediada por fatores contextuais e estruturais, em especial por características do nível agregado relativas ao contexto socioeconômico (desemprego, renda *per capita* e gasto social) e de imigração. Sob contextos socioeconômicos desfavoráveis, a direita radical representaria uma opção mais arriscada para os setores mais pobres, dado o enfoque habitual desses partidos em questões socioculturais

como a imigração e, portanto, seriam vistos como menos aptos a solucionarem problemas econômicos. Sob contextos de alta imigração, em contrapartida, a esquerda radical ofereceria mais riscos, dada a sua ênfase em questões socioeconômicas e multiculturais, o que poderia gerar temor entre os setores mais pobres de perderem seus empregos para imigrantes.

O caráter intermediador de aspectos estruturais é também explorado por Proaño et al. (2022). Em vez das heterogeneidades espaciais, entretanto, tais autores exploram as heterogeneidades temporais. Isto é, presume-se que transformações estruturais, como desindustrialização, transição demográfica e globalização, podem alentar realinhamentos partidários. Os autores estabelecem uma subamostra temporal de 2000-2016, proveniente da amostra de 1970-2016. A associação entre a perda de renda nos setores mais pobres e o aumento do apoio da direita radical é captada apenas na subamostra temporal de 2000-2016. Corroborar-se, assim, que a teoria da privação teria uma aplicação mais recente, isto é, que mudanças estruturais penderam os setores mais pobres para a direita radical.

V.3. Privação econômica e polarização afetiva

O conceito de polarização afetiva (Iyengar et al., 2012) tem por objetivo destacar que o conflito decorrente desse processo se baseia nos sentimentos dos indivíduos – afetividade, rejeição e senso de pertencimento de grupo – em relação a partidos e grupos partidários, em vez de um alinhamento racional com ideias representadas por algum dos polos ideológicos. Assim, um quadro com alta polarização é configurado pela alta proporção de simpatia pelos partidos e partidários do próprio campo, conjuntamente à alta rejeição a partidos e partidários do campo oposto.

Ao focar no sentimento dos eleitores, em particular no ressentimento, pode-se dizer que o conceito de “polarização afetiva” (Iyengar et al., 2012) é aderente à teoria da privação econômica. Ambas as abordagens salientam a dimensão psicológica do comportamento eleitoral. Por outro lado, a ideia de polarização afetiva envolve tanto a dimensão da afetividade quanto a da rejeição, ao passo que a teoria da privação econômica enfatiza apenas a última dimensão, isto é, o papel dos sentimentos negativos. Tal teoria nada tem a dizer

sobre os mecanismos por meio dos quais os indivíduos formam identidades vinculadas a partidos políticos. Com efeito, estudos que buscam testar a teoria da privação econômica a partir de abordagem tradicional agregada da polarização afetiva, medindo a proporção de simpatia (*like*) e rejeição (*dislike*) de eleitores a partidos e partidários, incorrem em problemas de validade interna (Bettarelli & van Haute, 2022).

Sob esse ponto de vista, são mais adequados os enquadramentos que enfocam os sentimentos negativos a partidos e grupos partidários, conceito denominado na literatura de “partidarismo negativo”. Essa tarefa é realizada por Gidron et al. (2020) a partir de uma comparação entre 16 países da OCDE. A análise demonstra a correlação da desigualdade com o nível de rejeição entre grupos partidários antagônicos. Os próprios autores reconhecem, no entanto, que testes adicionais precisam ser realizados, tendo em vista que, no recorte temporal referido entre 1996 e 2017, a desigualdade teria variado pouco. De todo modo, nesta revisão identificamos apenas dois estudos que exploram a relação entre desigualdade e polarização afetiva. Em suma, embora haja aderência entre a teoria da privação econômica e a do partidarismo negativo, as evidências empíricas nessa direção ainda são escassas.

V.4. A desigualdade despolariza

Em direção oposta às teorias apresentadas acima, os argumentos a seguir defendem que a desigualdade reduz a polarização política. A formulação mais notável é a de Iversen & Soskice (2015), cuja comparação entre os países da OCDE sugere que o grau de informação e o nível educacional médio são endógenos ao processo de polarização. Eleitores com posições ideológicas definidas, à esquerda ou à direita, tendem a ser mais informados, atributo que se relaciona ao seu nível educacional. Eleitores de centro, por sua vez, seriam menos informados e escolarizados. Como sociedades mais desiguais tendem a produzir sistemas educacionais menos inclusivos, a circulação de informações também se restringe, reduzindo o nível geral de politização e de clareza ideológica entre os cidadãos. Nessa linha, Iversen & Soskice (2015) sustentam que o menor grau de acesso à informação tornaria as

sociedades mais desiguais menos polarizadas. O argumento desses autores difere da TPE não apenas quanto à relação entre polarização e desigualdade, mas também no modo como associam a polarização ao acesso à informação. Como vimos na seção anterior, estudos vinculados à TPE indicam que os grupos mais propensos à radicalização ideológica são precisamente aqueles com menor nível de qualificação educacional (Han, 2016).

À luz da análise dos Estados Unidos, Fenzl (2018) se pauta pelos princípios da teoria partidária, mas os operacionaliza de forma distinta daquela apresentada na seção anterior. Tal como Pontusson & Rueda (2008, 2010), a autora parte da evidência empírica, salientada em outros estudos, de que a desigualdade inibe a participação dos setores mais pobres. No entanto, se aqueles autores enquadram essa dimensão como uma condicionalidade para a emergência da polarização, para Fenzl (2018), o menor engajamento dos mais pobres constitui uma característica endógena às sociedades mais desiguais. Na ausência desse engajamento, os partidos de esquerda não têm incentivos para radicalizar a sua agenda redistributiva. Os partidos de esquerda se focam nos eleitores moderados, disputando-os com a direita, resultando em uma despolarização do sistema em geral.

May e Pirch (2016) comparam as legislaturas estaduais dos Estados Unidos e concluem que a desigualdade promove a despolarização. Os autores argumentam que o aprofundamento da desigualdade constitui um problema concreto com implicações muito indesejáveis para as políticas públicas que afetam a classe média. Esse fenômeno tem reflexo sobre diversas áreas das políticas públicas, como a segurança pública, a educação e a saúde. Dessa forma, o aprofundamento da desigualdade alentaria a cooperação entre os partidos políticos, pressionando-os a estabelecer uma base mínima de consenso para enfrentar os problemas emergidos.

Embora menos volumosos, os trabalhos que defendem haver uma correlação negativa entre desigualdade e polarização política não são irrelevantes. No entanto, eles parecem inadequados para entender e explicar o cenário delineado após os anos 2000 e 2010, em que há um processo de crescimento médio da desigualdade e da polarização política nas democracias.

VI. Considerações finais

Esta revisão de escopo revela uma extensa literatura voltada a investigar a relação entre desigualdade econômica e polarização política nas democracias. Predominantemente, os achados indicam uma correlação positiva entre esses dois fenômenos, ainda que não sejam diminutos os trabalhos que rejeitam essa hipótese ou que apontam para uma relação negativa. Em contrapartida, ao tentar extrair conclusões cumulativas, provenientes do conjunto de trabalhos que endossam essa relação positiva, obtém-se um postulado teórico abstrato. O aprofundamento da desigualdade, desconsiderando o nível, individual ou regional e o papel das distintas parcelas da distribuição, elevaria em média a polarização ideológica, tanto no nível das elites políticas, quanto no nível de massa – desconsiderando o papel específico de cada um dos polos ideológicos nesse processo.

As variadas formas de operacionalização e mensuração dos conceitos de polarização e desigualdade representam um desafio à formulação de postulados teóricos com potencial de generalização, uma vez que as distintas escolhas analíticas afetam os resultados. No entanto, contornar esse desafio não é trivial, tendo em vista que polarização e desigualdade são fenômenos complexos e multidimensionais. Sob esse ponto de vista, análises com indicadores desagregados se mostram mais proficuas na medida em que exploram a multidimensionalidade desses fenômenos, proporcionando postulados mais acurados. Um exemplo é o trabalho de Proaño et al. (2022) que, ao analisar a variação de renda nos diferentes percentis, conclui que o aumento dos votos na direita radical (mas não na esquerda radical) está associado à perda de renda especificamente nos 10% mais pobres (mas não em outros percentis de renda). Análises com indicadores agregados, por sua vez, enfrentam desafios maiores, mas que podem ser mitigados pela introdução de testes de robustez. Contudo, nossa investigação identificou que a aplicação desses testes não é frequente.

No que diz respeito ao debate teórico, pode-se dizer que duas perspectivas se tornaram proeminentes. Seus postulados se distinguem pelo protagonismo atribuído a cada um dos polos ideológicos (esquerda-direita), na emergência do processo de polarização. Ao mesmo tempo, essas teorias convergem para a ideia de que o comportamento eleitoral dos

indivíduos situados nas parcelas mais pobres da distribuição – ou do meio para a base – constitui o principal motor desse processo. Assim, se para a MRP o aumento da desigualdade radicaliza tais setores à esquerda, para a TPE isso ocorre por meio da radicalização à direita.

No que concerne a esse impasse, pode-se dizer que a TPE oferece uma linha argumentativa mais convincente para a compreensão da dinâmica eleitoral contemporânea. Na Ciência Política, prevalece atualmente o diagnóstico de que o fenômeno mais patente nas democracias afluentes tem sido o avanço eleitoral da direita radical (Wagner & Meyer, 2017). Ainda assim, entre os teóricos da TPE, há divergências interpretativas sobre as razões pelas quais os partidos desse espectro têm se tornado mais atrativos do que os da esquerda radical para os setores mais pobres. Uma das linhas argumentativas postula que alguns aspectos condicionariam a direção das preferências ideológicas desse setor, se para a direita ou para a esquerda. Contudo, múltiplas hipóteses são levantadas na literatura, tornando essa questão inconclusiva. Para melhor compreender esses mecanismos interativos, seria interessante explorá-los por meio de análises qualitativas, método não identificado entre os estudos presentes nesta revisão.

Por fim, verificamos uma escassez de estudos que investigam a relação entre desigualdade e polarização para além do universo das democracias afluentes, revelando uma agenda de pesquisa a ser empreendida. Embora comparações em escala global tenham sido logradas, dúvidas quanto à validade de seus resultados são suscitadas. Em escala tão ampla, sobressai a heterogeneidade de fatores institucionais e de clivagens sociais entre regiões que moldam o comportamento político, mas que não são devidamente consideradas e controladas nos estudos verificados nessa revisão.

Declaração de contribuição de autoria

Pedro M. R. Barbosa: conceituação, metodologia, investigação, software, redação (rascunho original), redação (revisão e edição), visualização. Arthur Zito Guerriero: conceituação, investigação, redação (rascunho original), redação (revisão e edição).

Declaração de conflito de interesse

A instituição de fomento não teve qualquer influência sobre o desenho, a coleta ou a interpretação dos dados.

Declaração de disponibilidade dos dados da pesquisa

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

Financiamento

FAPESP, processo: 2022/12567-4

Declaração de uso de IA

Os autores declaram que não foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial.

Pedro Mendes Rufino Barbosa (mrbarbosa.pedro@gmail.com) é pesquisador de pós-doutorado no Centro de Estudos da Metrópole, sediado na Universidade de São Paulo.

Arthur Zito Guerriero (arthur.guerriero@uni-due.de) é doutorando e professor no Instituto de Socioeconomia da Universidade de Duisburg-Essen (UDE) e pesquisador afiliado ao RWI – Leibniz Institute for Economic Research, Alemanha.

Referências

- Allison, P.D. (1978) Measures of inequality. *American Sociological Review*, 43(6), pp. 865-880. DOI: <https://doi.org/10.2307/2094626>
- Bettarelli, L. & Van Haute, E. (2022) Regional inequalities as drivers of affective polarization. *Regional Studies, Regional Science*, 9(1), pp. 549–570. DOI: <https://doi.org/10.1080/21681376.2022.2117077>
- Bosancianu, C.M. (2017) A growing rift in values? Income and educational inequality and their impact on mass attitude polarization. *Social Science Quarterly*, 98(5), pp. 1587–1602. DOI: <https://doi.org/10.1111/ssqu.12371>
- Burgoon, B., Van Noort, S., Rooduijn, M. & Underhill, G. (2019) Positional deprivation and support for radical right and radical left parties. *Economic Policy*, 34(97), pp. 49–93. DOI: <https://doi.org/10.1093/epolic/eiy017>
- Carlin, R.E., Singer, M.M. & Zechmeister, E.J. (2015) *The Latin American voter: Pursuing representation and accountability in challenging contexts*. Ann Arbor: University of Michigan Press. DOI: <https://doi.org/10.3998/mpub.8402589>

- Carothers, T. & O'Donohue, A. (2019) *Democracies divided: The global challenge of political polarization*. Washington: Brookings Institution Press.
- Chaker, A. (2017) Rising income inequality increasing political polarization? A state-level analysis over two decades. *Journal of Applied Business and Economics*, 19(2), pp. 20-34.
- Dalton, R.J. (2008) The quantity and the quality of party systems: Party system polarization, its measurement, and its consequences. *Comparative Political Studies*, 41(7), pp. 899–920. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414008315860>
- De Boef, S. & Keele, L. (2008) Taking time seriously. *American Journal of Political Science*, 52(1), pp. 184–200.
- DiMaggio, P., Evans, J. & Bryson, B. (1996) Have American's social attitudes become more polarized? *American Journal of Sociology*, 102(3), pp. 690–755. DOI: <https://doi.org/10.1086/230995>
- Duca, J.V. & Saving, J.L. (2016) Income inequality and political polarization: Time series evidence over nine decades. *Review of Income and Wealth*, 62(3), pp. 445–466. DOI: <https://doi.org/10.1111/roiw.12162>
- Duca, J.V. & Saving, J.L. (2017) Income inequality, media fragmentation, and increased political polarization. *Contemporary Economic Policy*, 35(2), pp. 392–413. DOI: <https://doi.org/10.1111/coep.12191>
- Engler, S. & Weisstanner, D. (2021) The threat of social decline: Income inequality and radical right support. *Journal of European Public Policy*, 28(2), pp. 153–173. DOI: <https://doi.org/10.1080/13501763.2020.1733636>
- Fenzl, M. (2018) Income inequality and party (de)polarisation. *West European Politics*, 41(6), pp. 1262–1281. DOI: <https://doi.org/10.1080/01402382.2018.1436321>
- Garand, J.C. (2010) Income inequality, party polarization, and roll-call voting in the U.S. Senate. *The Journal of Politics*, 72(4), pp. 1109–1128. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0022381610000563>
- Garrett, G. (2001) Globalization and government spending around the world. *Studies in Comparative International Development*, 35(4), pp. 3–29. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF02732706>
- Gidron, N., Adams, J. & Horne, W. (2020) *American affective polarization in comparative perspective*. Cambridge: Cambridge University Press. DOI: <https://doi.org/10.1017/9781108914123>
- Grechyna, D. (2016) On the determinants of political polarization. *Economics Letters*, 144, pp. 10–14. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.econlet.2016.04.018>
- Gu, Y. & Wang, Z. (2022) Income inequality and global political polarization: The economic origin of political polarization in the world. *Journal of Chinese Political Science*, 27(2), pp. 375–398. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11366-021-09772-1>

- Gunderson, J.R. (2022) When does income inequality cause polarization? *British Journal of Political Science*, 52(3), pp. 1315–1332. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0007123421000053>
- Han, K.J. (2016) Income inequality and voting for radical right-wing parties. *Electoral Studies*, 42, pp. 54–64. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2016.02.001>
- Han, S.M. (2015) Income inequality, electoral systems and party polarisation. *European Journal of Political Research*, 54(3), pp. 582–600. DOI: <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12098>
- Hare, C., Armstrong, D.A., Bakker, R., Carroll, R. & Poole, K.T. (2015) Using Bayesian Aldrich-McKelvey scaling to study citizens' ideological preferences and perceptions. *American Journal of Political Science*, 59(3), pp. 759–774. DOI: <https://doi.org/10.1111/ajps.12151>
- Haussermann, S. (2018) Social democracy and the welfare state in context: The conditioning effect of institutional and party competition. In: P. Manow & H. Schwander. (orgs) *Social Democracy and the Welfare State*. Oxford: Oxford University Press, pp. 312–353.
- Huber, E. & Stephens, J.D. (2004) *Development and crisis of the welfare state: Parties and policies in global markets*. Chicago: University of Chicago Press.
- Iversen, T. & Soskice, D. (2015) Information, inequality, and mass polarization: Ideology in advanced democracies. *Comparative Political Studies*, 48(13), pp. 1781–1813. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414015592643>
- Iyengar, S., Sood, G. & Lelkes, Y. (2012) Affect, not ideology. *Public Opinion Quarterly*, 76(3), pp. 405–431. DOI: <https://doi.org/10.1093/poq/nfs038>
- Lauka, A., McCoy, J. & Firat, R.B. (2018) Mass partisan polarization: Measuring a relational concept. *American Behavioral Scientist*, 62(1), pp. 107–126. DOI: <https://doi.org/10.1177/0002764218759581>
- Lee, H. & Repkine, A. (2023) Ideological polarization and income inequality in the Korean regions. *Korea Journal*, 63(1), pp. 118–149. DOI: <https://doi.org/10.25024/KJ.2023.63.1.118>
- May, D.A. & Pirch, K.A. (2016) Polarization, inequality, and the state legislatures. *Journal of Politics and Law*, 9(4), pp. 115. DOI: <https://doi.org/10.5539/jpl.v9n4p115>
- McCarty, N.M., Poole, K.T. & Rosenthal, H. (2006) *Polarized America: The dance of ideology and unequal riches*. Cambridge: MIT Press.
- Medeiros, M. (2023) *Os ricos e os pobres no Brasil: o Brasil e a desigualdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Meltzer, A.H. & Richard, S.F. (1981) A rational theory of the size of government. *Journal of Political Economy*, 89(5), pp. 914–927. DOI: <https://doi.org/10.1086/261013>
- Pontusson, J. & Rueda, D. (2008) Inequality as a source of political polarization: A comparative analysis of twelve OECD countries. In: P. Beramendi & C. Anderson (orgs) *Democracy, Inequality, and Representation: A Comparative Perspective*. Nova Iorque: Russell Sage Foundation, pp. 312–353.

- Pontusson, J. & Rueda, D. (2010) The politics of inequality: Voter mobilization and left parties in advanced industrial states. *Comparative Political Studies*, 43(6), pp. 675–705. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414009358672>
- Piketty, T. (2014) *Capital in the Twenty-First Century*. Traduzido por: A. Goldhammer. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Proaño, C.R., Peña, J.C. & Saalfeld, T. (2022) Inequality, macroeconomic performance and political polarization: A panel analysis of 20 advanced democracies. *Review of Social Economy*, 82(3), pp. 1–34. DOI: <https://doi.org/10.1080/00346764.2022.2047768>
- Rehm, P. (2011) Risk inequality and the polarized American electorate. *British Journal of Political Science*, 41(2), pp. 363–387. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0007123410000384>
- Roberts, K.M. (2022) Populism and polarization in comparative perspective: Constitutive, spatial and institutional dimensions. *Government and Opposition*, 57(4), pp. 680–702. DOI: <https://doi.org/10.1017/gov.2021.14>
- Rodríguez-Pose, A., Terrero-Dávila, J. & Lee, N. (2023) Left-behind versus unequal places: Interpersonal inequality, economic decline and the rise of populism in the USA and Europe. *Journal of Economic Geography*, 23(5), pp. 951–977. DOI: <https://doi.org/10.1093/jeg/lbad005>
- Röllicke, L. (2023) Polarisation, identity and affect - Conceptualising affective polarisation in multi-party systems. *Electoral Studies*, 85, e102655. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2023.102655>
- Rooduijn, M. & Burgoon, B. (2018) The paradox of well-being: Do unfavorable socioeconomic and sociocultural contexts deepen or dampen radical left and right voting among the less well-off? *Comparative Political Studies*, 51(13), pp. 1720–1753. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414017720707>
- Sarsfield, R., Moncagatta, P. & Roberts, K.M. (2024) Introduction: The New Polarization in Latin America. *Latin American Politics and Society*, 66(2), pp. 1–23. DOI: <https://doi.org/10.1017/lap.2024.15>
- Solt, F. (2008) Economic inequality and democratic political engagement. *American Journal of Political Science*, 52(1), pp. 48–60. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2007.00298.x>
- Stoetzer, L.F., Giesecke, J. & Klüver, H. (2023) How does income inequality affect the support for populist parties? *Journal of European Public Policy*, 30(1), pp. 1–20. DOI: <https://doi.org/10.1080/13501763.2021.1981981>
- Tavits, M. & Potter, J.D. (2015) The effect of inequality and social identity on party strategies. *American Journal of Political Science*, 59(3), pp. 744–758. DOI: <https://doi.org/10.1111/ajps.12144>
- Voorheis, J., McCarty, N. & Shor, B. (2015) Unequal incomes, ideology and gridlock: How rising inequality increases political polarization. *SSRN Electronic Journal*. DOI: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2649215

Wagner, M. & Meyer, T.M. (2017) The radical right as niche parties? The ideological landscape of party systems in Western Europe, 1980–2014. *Political Studies*, 65(1), pp. 84–107. DOI: <https://doi.org/10.1177/0032321716639065>

Winkler, H. (2019) The effect of income inequality on political polarization: Evidence from European regions, 2002–2014. *Economics & Politics*, 31(2), pp. 137–162. DOI: <https://doi.org/10.1111/ecpo.12129>

ANEXO

Anexo 1 – Quadro síntese das análises sobre polarização de elites

Autores(as)	Polarização	Desigualdade	Recorte	Conclusão
Gundersen (2022)	Dispersão ideológica parlamentares	Gini pós-fisco	Europa n = 22, t = 1996-2016	Desigualdade provoca polarização quando predominam clivagens eleitorais baseadas na renda
Fenzl (2018)	Dispersão ideológica parlamentares	Gini pós-fisco	OCDE n = 30, t= 1963-2008	Desigualdade despolariza os partidos
Chaker (2017)	Dispersão ideológica parlamentares	Gini pós-fisco/atkinson <i>index</i> /theil <i>index</i>	EUA n=50, t= 1993-2014	A associação entre desigualdade e polarização não é robusta
Duca & Saving (2017)	Dispersão ideológica parlamentares	Gini pós-fisco	EUA n = 1, t = 1951-2013	Desigualdade tem efeito, mas a fragmentação da mídia tem impacto maior
Duca & Saving (2016)	Dispersão ideológica parlamentares	Top 1 pré-fisco e Pareto-lorenz	EUA n = 1, t=1913-2012	Desigualdade leva à polarização, mas no longo prazo se torna causalidade bidirecional

May & Pirch (2016)	Diferença ideologia mediana dos parlamentares democratas e dos republicanos	Gini pós-fisco	EUA n = 1, t= 2006 e 2013	Desigualdade despolariza: partidos convergem em tempos de alta desigualdade
Voorheis et al. (2015)	Diferença ideologia mediana dos parlamentares democratas e republicanos	Gini pós-fisco	EUA n = 26, t = 1993-2013	MRP: desigualdade impulsiona os democratas à esquerda
Tavits & Potter (2015)	Ênfase da esquerda em redistribuição e da direita em valores	Gini pós-fisco	Global n = 41, t = 1945-2010	MRP: com mais desigualdade, esquerda foca em redistribuição e direita em valores
Han (2015)	Dispersão ideológica parlamentares	Top 1% e razão 90/10 pré-fisco	OCDE n = 24, t= 1960-2011	Sistemas eleitorais condicionam o efeito da desigualdade sobre a polarização
Pontusson & Rueda (2010)	Ideologia do principal partido de esquerda e de direita	Top 1 pré-fisco	OCDE n = 10, t = 1966-2002	MRP: desigualdade radicaliza a esquerda, quando setores marginalizados estão mobilizados
Garand (2010)	Dispersão ideológica senadores	Gini pós-fisco	EUA n = 50, t = 1985-2002	MRP: senadores em Estados mais desiguais são mais polarizados
Pontusson & Rueda (2008)	Ideologia do principal partido de esquerda e de direita	Gini pré e pós-fisco e razão 90/10 pré-fisco	OCDE n = 12, t = 1990-2001	MRP: desigualdade de salários radicaliza a esquerda; de renda, a direita

McCarthy et al. (2006)	Diferença ideologia mediana dos parlamentares democratas e republicanos	Gini pós-fisco	EUA n = 50, t = 1974-2004	MRP: desigualdade radicaliza a esquerda e a direita.
------------------------	---	----------------	---------------------------------	--

Nota: MRP se refere ao alinhamento com a versão partidária da teoria de Meltzer e Richard (1981).

Fonte: elaboração própria (2024).

Anexo 2 – Quadro síntese das análises relacionadas à polarização de massa

Autores(as)	Polarização	Desigualdade	Recorte	Conclusão
Lee & Repkine (2023)	Dispersão ideológica	Gini pós-fisco/desigualdade regional	Coreia do Sul n = 1, t = 2018	MRP: associação entre desigualdade e polarização entre as diferentes regiões na Coreia
Rodríguez-Pose et al. (2023)	Proporção de votos em partidos radicais de direita	Gini pós-fisco	Europa n = 20, t = 2014-2018	Desigualdade não tem efeito, mas estagnação econômica sim
Rodríguez-Pose et al. (2023)	Margem de votos em D. Trump	Gini pós-fisco	EUA n = 50, T = 2020	Desigualdade afeta em regiões predominantemente brancas e com baixo crescimento econômico
Proaño et al. (2022)	Proporção de votos em partidos radicais de direita e esquerda	Gini pós-fisco/top10 top20/bottom 10 bottom20	OCDE, n = 20, t = 1970-2016	TPE: tanto a desigualdade (Gini pós-impuestos) quanto a renda dos 10% mais pobres se relacionam ao sucesso da direita radical
Gu & Wang (2022)	Dispersão ideológica e de valores	Gini pós-fisco/Razão palma/Razão Top 20% e Bottom 20%	Global n = 100, t = 1990-2020	Diferentes métricas de desigualdade se associam à polarização
Bettarelli & Van	Afetiva: termômetro de	Comparação crescimento	Bélgica	TPE: disparidade econômica entre

Haute (2022)	sentimentos	econômico entre regiões	n = 903 pares de regiões, t = 2019	regiões próximas provoca polarização na região com menor desempenho
Engler & Weisstanner (2021)	Proporção de votos na direita radical	Gini pós-fisco	OCDE n = 14, t = 1987-2017	TPE: a desigualdade eleva o apoio à direita radical, especialmente entre quem tem renda média-baixa e uma autopercepção de <i>status</i> social alta
Gidron et al. (2020)	Afetiva: Termômetro de sentimentos	Gini pós-fisco	OCDE n = 16 t = 1996-2017	Associação entre desigualdade e polarização afetiva
Winkler (2019)	Proporção de votos na direita radical	Gini pós-fisco	Europa n = 25, t = 2002-2014	Desigualdade aumenta a inclinação pelo voto de direita entre idosos
Burgoon et al. (2019)	Proporção de votos partidos radicais na esquerda e na direita	Crescimento nos maior e menor decis de renda comparado à renda do respondente	Europa n = 20, t = 2002 a 2014	TPE: indivíduos cuja renda cresce menos do que dos decis mais ricos tendem a votar na esquerda radical; quando cresce menos do que os decis mais pobres, tendem a votar na direita radical
Bosancianu (2017)	Dispersão ideológica	Gini pós-fisco	Global n = 83, t = 1991-2008)	Ausência de evidência entre desigualdade e polarização
Rooduijn & Burgoon (2018)	Proporção de votos partidos radicais	Gini pós-fisco	Europa n = 21,	TPE: setores com menor renda tendem a votar na direita radical em

			t = 2002-2014	países mais ricos
Grechyna (2016)	Dispersão ideológica	Gini pós-fisco	Global n = 66, t = 1990-2013	Associação entre desigualdade e polarização
Han (2016)	Propoção de votos para a direita radical	Gini pré e pós-fisco	Europa n = 16, t = 1980-2010	Desigualdade de renda leva aos setores mais pobres a votar na direita radical. No entanto, esse efeito é intermediado pelas diferentes ocupações
Iversen & Soskice (2015)	Proporção de não-centristas	Gini pós-fisco	OCDE n = 20	Mais conhecimento político gera mais polarização, mas, como a informação é menor em sociedades desiguais, essas tendem a ser menos polarizadas
Garand (2010)	Dispersão ideológica	Gini pós-fisco	EUA n = 50, t = 1985-2002	MRP: altos níveis de desigualdade estão associados ao altos níveis de polarização
Rehm (2011)	Dispersão ideológica	Renda familiar e desemprego	EUA n = 1 t = 1972-2005	Maior desigualdade de risco reforça alinhamentos partidários por renda
McCarthy et al. (2006)	Identificação partidária	Quintis de renda	EUA n = 50, t = 1974-2004	Desigualdade aumenta o alinhamento partidário por renda

Nota: TPE refere-se ao alinhamento com a versão teórica da Teoria da Privação Econômica.

Fonte: elaboração própria (2025).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.